
TOMO

Artigo recebido e
publicado em 2004

SANEAMENTO E HIGIENE COMO SIGNOS DE UMA URBS MODERNA: UMA BREVE LEITURA DA EVOLUÇÃO URBANA DE ARACAJU

*Sidney Matos de Lima**

O objetivo deste texto é analisar como a concepção tecnicista de higienização e rígido planejamento do espaço urbano e os ideais de modernidade nortearam a evolução urbana de Aracaju durante as primeiras décadas do século XX, tendo como referente empírico o surgimento histórico de seu Mercado Central.

Como é sabido, a cidade de Aracaju, fundada em março de 1855, nasce sob a orientação da agroindústria açucareira, de modo que, em seus primeiros anos, sua existência esteve relacionada à fixação do aparelho político e administrativo e pela ocupação da zona portuária.

Os estudos mais completos sobre os primeiros anos pós-mudança da capital pertencem ao engenheiro Fernando Porto e ao geógrafo Bonifácio Fortes. Porto (1999), em sua obra *A Cidade do Aracaju*, os quais chamam atenção para causas da mudança da capital e desenvolve interessante análise sobre os dez primeiros anos dessa cidade, na qual enfatiza as dificuldades de povoamento impostas pelo tipo de solo e o esforço inicial de crescimento urbano.

* Sidney Matos de Lima é Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe e pesquisador-bolsista (Copes – UFS) do LABEURC – Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais/UFS. e-mail: sidneymlima@yahoo.com.br.

Fortes (1955), por sua vez, além de discutir o desenvolvimento urbano aracajuano, mostra uma série de deficiências e malefícios decorrentes do projeto urbanístico desenvolvido pelo engenheiro Basílio Pirro¹. Segundo Fortes (1955), este projeto foi responsável pelo desencadeamento do inchaço urbano desenfreado, das dificuldades de circulação e de uma intensa segregação social gerada pelo fato da população menos abastada não poder construir suas casas dentro do chamado “*Quadro de Pirro*”, por não possuir recursos suficientes para atender as rígidas exigências para construção de residências do Código de Posturas Municipais, fato que proporcionou o surgimento desordenado de uma série de becos e pequenas ruas, criando bairros marginais em relação à população que residia dentro do quadrado.

No entanto, a despeito dos problemas econômicos e da instabilidade política advinda na primeira república e das dificuldades inerentes ao sítio geográfico em que estava localizada, área alagadiça e cheia de pântanos, sempre sujeita a epidemias, como a de cólera, que irrompeu já no ano de 1855, Fortes (1955) aponta que a nova capital pôde se manter e crescer. Neste sentido, Ribeiro (1984) elenca uma série intervenções urbanas realizadas em Aracaju nas primeiras décadas do século passado, como o aterro de áreas alagadas, a construção de diversas escolas, a abertura de várias ruas, a construção de edifícios públicos (como o Palácio do Governo, o Hospital de Cirurgia e a Penitenciária Modelo), a inauguração da primeira casa de espetáculos – o Teatro Carlos Gomes (onde durante muitos anos funcionou o cine Rio Branco) –, o Instituto Parreira Horta, o Instituto de Química e o Banco Estadual de Sergipe” (Ribeiro, 1989: 46).

Deste período ainda datam importantes beneficiamentos urbanísticos como a implantação da rede de água (1908), identificado por Loureiro (1983) como o primeiro serviço organizado em benefício da população

¹ O Engenheiro Basílio Pirro concebeu o planejamento de Aracaju nos moldes de um tabuleiro de Xadrez, no qual aparecem uma série de quadras de 110 metros de largura por 110 de comprimento, distribuídas nas direções norte-sul, e leste-oeste, sem ao menos levar em consideração os desníveis e obstáculos naturais do terreno. Para ver mais sobre o Planejamento Urbano de Aracaju, consultar além de Fortes (1955), Loureiro (1983).

aracajuana, a substituição da iluminação por querosene pela energia elétrica (1913), esgotamento sanitário (1914), rede telefônica (1919), o serviço de bondes à tração animal (1908).

Neste sentido, Barbosa (1992) em seu interessante estudo sobre o centro de Aracaju, analisa um dado importante, mas que não é mencionado pelos outros autores: a organização do Jardim Olympio Campos em 1907. Segundo esta autora, esse jardim constituiu a primeira medida efetiva de embelezamento do espaço urbano, utilizando artifícios de arborização e ajardinamento, sendo, portanto, mais um elemento revelador das políticas de melhoramentos urbanos empreendidos em Aracaju nas primeiras décadas do século XX. Sobre essas políticas urbanas, Villar (2000) afirma:

las intervenciones urbanísticas em las primeras décadas del siglo reflejaban el urbanismo higienista, según el cual los principios de limpieza del hogar deben ser ampliados a espacios públicos. La construcción de paseos, parques, fuente, los aterramientos definitivos em el centro, el embellecimiento de rua da frente y la ampliación del reticulado a las áreas pobres y obreras de la zona norte, son indicadores de una cierta modernidad em Aracaju. Esas mejoras em la ciudad reflejan la política higienista de el la época (Villar, 2000:222).

Neste contexto, visando o desenvolvimento “sadio” e “civilizado” da cidade, as autoridades municipais legislaram um conjunto de disposições normatizadoras do espaço urbano, as quais também regulamentavam os costumes de seus cidadãos e usuários. A maior parte dos projetos de intervenção urbana daquela época esteve pautada numa concepção tecnicista de racionalização da malha urbana, tendo sido desenvolvidos em sua grande maioria por engenheiros sanitaristas e outros técnicos igualmente fundamentados nos conhecimentos de medicina da época e na crença de uma analogia entre a higienização do corpo e da cidade.

Este novo ideal urbanístico adentra Aracaju nas primeiras décadas do século passado, tendo no bojo das políticas de melhoramentos urbanos o signo mais eloqüente desse processo. Elemento característico des-

sas mudanças nas feições urbanas nas cidades brasileiras, contexto da passagem do século XIX para o XX, é a grande influência das concepções de modernidade, salubridade e higienização do espaço urbano. Tais ideais ficavam claramente expressos na disposição e norteamto dos Códigos de Posturas Municipais.

ARACAJU SOB A ÓTICA DE SEUS CÓDIGOS DE POSTURAS (1903-1927)

Já em 3 de setembro de 1856, isto é, apenas um ano após a transferência da capital, foi publicado o primeiro Código de Posturas Municipais de Aracaju. Todavia, é no decorrer das três primeiras décadas do século XX que esta cidade assistirá com maior frequência à emissão de novas normas para a gerência do espaço urbano.

O primeiro Código de Posturas do século XX data de 1903, na administração do intendente Monteiro de Carvalho Filho. Esta lei é marcada por duas grandes características. Primeiramente chama atenção o caráter punitivo do documento, o qual prescreve rígidas penas pelo descumprimento de suas disposições. Este é o caso, por exemplo, do artigo 32, o qual obriga aos proprietários dos imóveis a limparem a frente de suas casas sob a pena de pagarem pelo seu descumprimento a soma de \$5.000 ou passar 2 dias na prisão. O segundo importante aspecto notado é justamente sua preocupação com “*o asseio e a hygiene da cidade*”, o que por vezes confundia-se com os ideais de “civilidade” e conduta moral de seus habitantes, elementos presentes, por exemplo, nos artigos 39 e 40, os quais normatizam o trato por parte da população com seus “excretos” enquanto não se estabelecesse na cidade o sistema de esgotos. De acordo com a lei, “os excretos deveriam ser lançados no mar depois do toque de recolher de silêncio e em distância tal da praia, que possam ser removidos pelas águas (pena: \$10.000 ou 3 dias preso)” e, quanto às latrinas existentes as mesmas deveriam ser colocadas minimamente 4 metros distante das fontes, serem cobertas e “fechadas logo que as substâncias contidas ascenderem 2/3 da profundidade das escavações” (cf. Código de Posturas Municipais, 1903: art. 39 e 40)

O segundo Código de Postura desse período foi publicado em 1912 na administração do intendente Aristides de Carvalho também preservando o mesmo teor higienista do Código de 1903. Contudo, neste documento fica mais explícita a preocupação de identificar o desenvolvimento urbano de Aracaju com as concepções da modernidade:

Art. 8º - A intendência municipal, por seus fiscais, ou agentes profissionais examinará toda a obra que for feita dentro da zona urbana, ou perímetro da cidade, tendo em vista assegurar a execução das disposições reguladoras em proveito da Hygiene, segurança e embelezamento da cidade.

Art. 30 - A intendência não poderá oppor-se a forma ou architectura de edificio, uma vez que sejam observadas as disposições deste código, salvo quando o conjunto não offerecer um dispositivo harmônico e satisfatório, relativamente à estética”(Código de Posturas Municipais, 1912 - grifos nossos)

A passagem acima é bastante reveladora dos objetivos que nortearam a elaboração deste documento. Ainda ilustrando o anseio por uma cidade “moderna” e antenada à tendência das políticas de embelezamento urbano empreendidas em outras cidades como Rio de Janeiro e Recife, salientamos o conteúdo do artigo 39 o qual reza que no perímetro urbano do Município todas as casas deveriam ser edificadas com alvenaria, pelo menos em sua fachada, ficando vedado o uso de cobertura de palhas, zinco ou ferro.

Neste ponto, é válido salientar como a própria legislação municipal acabava desencadeando um processo de segmentação sócio-espacial na medida em que restringia as camadas mais populares de habitarem a parte central da cidade.

Todavia, a despeito das rígidas prescrições dos códigos de posturas municipais e do aparente clima de vigilância instaurado com tais legislações, a realidade aracajuana destoava com a modernidade pretendida e anunciada. Nessa mesma perspectiva, Nely Santos (2002) afirma:

Aracaju vivia com o chiado de carros de bois, o trote rítmico dos cavalos e a marcha lenta dos burros dos burregos. E mais, ruas constantemente imundas cercadas de capineiras e estábulos por todos os lados. À noite, nas ruas principais, era normal o gado passear calmamente aos magotes, com ruidosas campas no pescoço. Em 1901, a inauguração do bonde puxado a burro causou impacto, sem alterar os velhos hábitos do centro da cidade. Carroças desfilavam carregadas ou não; animais eram amarrados à porta das casas ou aos postes dos lampiões de iluminação, provando que alguns costumes se mostravam mais fortes que do que as posturas municipais freqüentemente emitidas (Santos, 2002:146).

O Código de Posturas Municipais de 1927 foi o primeiro a ser emitido após a gestão estadual de Gracco Cardoso (1922-1927), reconhecidamente identificado como um dos governos mais realizadores no que tange os empreendimentos urbanos. Apesar das realizações de Gracco Cardoso e de já haver passado cerca de 15 anos de vigência do antigo Código Municipal, em 1927 a intendência aprova uma legislação urbana que ainda apresenta uma série de permanências, principalmente no que concerne o cuidado com o “saneamento” e “embelezamento” da cidade.

Havendo mantido muitos dos artigos e das concepções que nortearam os códigos anteriores, as Posturas Municipais de 1927 trazem algumas poucas inovações. A que, ao nosso ver, constitui-se como maior contribuição é o trato na normatização da saúde pública. Neste sentido, o Código de Posturas de 1927 traz dois capítulos tratando exclusivamente das “*Moléstias Transmissíveis*” (cap. VIII) e da “*Vacinação e Revacinação*” (cap. IX), os quais dentre outras medidas obrigam a isolar e remover a pessoa acometida de moléstia transmissível a juízo do médico do município para local apropriado, bem como determina a vacinação de todos os habitantes contra a varíola, sobre a “pena de \$30.000 de multa ou 6 dias de prisão a quem se opusesse, impedisse ou dificultasse de qualquer modo a acção dos vacinadores” (cf. Código de Posturas Municipais, 1927:art. 180 e 181). Fato digno de nota é a presença constante em quase todo o texto da lei das atribuições do médico do município e de seus fiscais, o que só evidencia sua importância na concepção higienista de administração da cidade pelas autoridades municipais.

Outra questão recorrente nos artigos dos três códigos de postura ora analisados é solucionar o problema da realização das feiras semanais em Aracaju, visto que, como veremos adiante, tal cidade, até 1926, não possuía um mercado apropriado para a comercialização dos produtos de primeira necessidade.

A CONSTRUÇÃO DO MERCADO: UMA “EXIGÊNCIA EMPRESINDÍVEL”

O historiador Sebrão Sobrinho (1955) aponta em sua *Laudas da História de Aracaju* que, mesmo antes da mudança da capital, o antigo povoado de Santo Antônio do Aracaju já possuía uma feira, que era realizada num açougue público, local adaptado para receber o comércio dos gêneros de primeira necessidade.

Todavia, logo nos primeiros dias da fundação da cidade foi necessário transferir essa feira para a área central de Aracaju, localizada à rua d'Aurora (atual rua da frente) no trecho compreendido entre a rua de Laranjeiras e a Barão de Maruim. Neste sentido, as Posturas Municipais, decretadas pela resol. nº 537 de 1858, normatizavam o funcionamento da feira, determinando seu dia e horário, e as responsabilidades de fiscalização da mesma por parte de funcionários da Câmara. Muito embora a lei objetivasse a organização da feira, seus artigos deixavam transparecer que o local destinado à sua realização era inapropriado e provisório, constituindo-se um “mercado especial”, que deveria ser chamado de “Feira” até o momento em que a “Câmara desta cidade para futuro houver de marcar” a construção “da praça de mercado diário” (cf. resol. nº 537/1858 *apud* Sebrão Sobrinho, 1955:398 – grifos nossos). Ainda nessa perspectiva, Sebrão Sobrinho (1955) faz uma interessante descrição de como ocorria a feira aracajuana nas primeiras décadas de sua existência:

centenas de pessoas de ambos os sexos, a pé, a cavalo e em canoas, chegavam a esta cidade logo pela manhã, e invadindo a rua do commercio pelo cais, pelo centro da rua e pelas calçadas, faziam o seu commercio no meio de gritos descompassados, às vezes resultando

serios conflitos das discussões que se azedavam, outras vezes produzindo os seus terríveis efeitos o alcool, reinando a confusão no meio de tão crescido numero de povos. Os animais que conduziam os generos, que eram trazidos à feira, ficavam soltos pelas ruas e praças da Capital, e além do perigo imminente dos transeuntes, cenas indecentes se viam a cada momento no meio desses animais aglomerados (Sebrão Sobrinho, 1955:400).

Buscando reverter essa situação os chefes da polícia da província, Joaquim Barboza e Álvares d'Azevedo, tentaram, um após o outro, acabar a feira, que segundo este último era "anarquizada, horrível", um verdadeiro palco para "cenas de desordem e de imoralidade"; e levá-la para um "lugar mais apropriado, arrumando [as mercadorias] com ordem, e concorrendo os compradores a esse lugar, para se proverem do que necessitassem" tudo "com ordem e sem a confusão e as gritarias de antes". Neste sentido, o próprio Sebrão Sobrinho (1955) afirma que era de "urgente a necessidade e de summa conveniência acabar-se com tão *anticivilizador* modo de se fazer o commercio miudo" (cf. id. *ibid.*:401).

Contudo, a construção de um local apropriado para a feira em Aracaju tardaria muito a acontecer, de modo que, até o final do século, a realização da mesma ainda se dava no antigo e improvisado mercado localizado à av. do Rio Branco com a rua Laranjeiras, de propriedade da Associação Sergipana de Beneficência, que continuava a funcionar em condições extremamente precárias.

Assim, apesar do crescimento econômico e populacional impressos em Aracaju nas três primeiras décadas do século passado, até 1925 a cidade não possuía um local apropriado para a realização de suas feiras semanais, sendo que as mesmas eram feitas em vários locais, a maioria deles completamente inadequados, como no meio das ruas com as mercadorias expostas sobre lonas plásticas dispostas no solo. Todavia, vale salientar que já na década de sessenta do século XIX consta uma lei provincial alusiva à construção de um Mercado Público. Esta lei é a resolução nº 708 de 16 de julho de 1864, que em seu art. 29 autoriza o Governo a aproveitar para a praça do mercado a obra abandonada da

cadeia da capital, constituindo-se no documento mais antigo por nós coletado sobre a construção do Mercado.

Contudo, a obra não foi construída, de modo que, em julho de 1919, o jornal *Correio de Aracaju* criticava o governo pela não utilização de uma quantia de 200 contos de réis que havia sido destinada à construção de um mercado, enfatizando que “entre os múltiplos melhoramentos materiais que esta cidade carece ressalta a construção de um Mercado, amplo e confortável, que venha por término ao espetáculo primitivo, cujos produtos estendidos pelas principais ruas da cidade” (cf. *Correio de Aracaju*, em 06/07/1919, p.03).

Neste ponto, verifica-se mais uma vez que a construção do Mercado Municipal tratava-se, acima de tudo, de um empreendimento higienizador da cidade. Aracaju passava por um surto de crescimento econômico, o qual, segundo os administradores locais, deveria corresponder ações modernizadoras na urbanização aracajuana. Neste sentido, também utilizando o jornal *Correio de Aracaju*, o intendente municipal Batista Bittencout reconhece as péssimas condições da feira aracajuana, enfatizando se constituir numa “exigência imprescindível o levantamento de um Mercado, que vai modificar as condições deploráveis em que se acha ainda nossa feira, condições que já não condizem com o progresso e andamento que distingue a capital do nosso Estado”. (cf. *Correio de Aracaju*, em 10/07/1919, p.01)

A despeito dos discursos políticos enfatizarem o problema das condições “deploráveis” da feira aracajuana e de no início da década existirem leis voltadas para a solução da questão, inclusive estando reservado um recurso especial nas leis orçamentárias de nº 249, 259, 267 e 274 para os anos de 1920, 1921, 1922 e 1923, respectivamente, a construção do mercado tardava a acontecer.

Ainda no ano de 1923, o novo intendente municipal Adolpho Freire de Carvalho, diante da inviabilidade da construção do Mercado com os 200 contos de réis previstos, mediante a lei 292 de 18 de dezembro, promulga uma nova autorização de empréstimo, agora estipulado em 400 contos de réis. Empréstimo que dessa feita foi realizado junto ao recém-criado Banco Estadual de Sergipe. O local escolhido para a construção foi em frente ao novo prédio da Associação Comercial de Aracaju,

sendo que o autor de sua planta original foi o próprio intendente Freire de Carvalho. O projeto possuía uma disposição arquitetônica quadrangular, com um grande pátio interno bem típico das construções de mercados do final do século XIX.

O batimento da primeira pedra do edifício ocorreu em 05 de fevereiro de 1924, e foi marcado por uma solenidade, na qual se fizeram presentes o presidente da província, o Dr. Graccho Cardoso acompanhado de outras autoridades, bem como de grande número de funcionários públicos. Após alguns percalços na obra, sobretudo o esgotamento dos recursos previstos para a mesma, o novo intendente municipal Hunald Cardoso propõe o arrendamento do mercado mediante um contrato, no qual o arrendatário ficaria na inteira responsabilidade de um empréstimo junto ao Banco do Estado em troca da exploração do mercado durante o prazo necessário ao pagamento e, posteriormente, durante vinte anos de arrendamento, dando a solução definitiva para a construção do Mercado Municipal de Aracaju. O contrato de empréstimo foi assinado entre o poder público e o coronel Antônio do Prado Franco, importante agricultor e chefe político de Riachuelo.² Assim, apenas mediante a maciça participação de recursos privados pôde concretizar-se a edificação do Mercado Municipal de Aracaju.

A obra foi inaugurada precisamente em 08 de fevereiro de 1926, dois anos após o início da construção, com algumas modificações em seu projeto original feitas por Arthur Araújo. Foi esse engenheiro quem acrescentou ao projeto o pavilhão interno, destinado à venda de verduras, carnes, e cereais, bem como a famosa torre central, “elegante e altaneira, planejada não só para dar maior realce e ‘sumptuosidade’ ao edifício, como para sustentar um possante relógio de quatro mostradores.” A torre central do mercado foi comprada no Rio de Janeiro, conforme mensagem do Dr. Gracco Cardoso encaminhada ao Conselho Muni-

² A participação do “capitalista” Antônio Franco na construção do Mercado e sua influência política são tão grandes que, em 16 de Novembro de 1948, através da lei n° 25, o Prefeito Marcos Ferreira de Jesus decreta uma nova denominação ao Mercado de Aracaju, que daquela data em diante deveria se chamar Mercado Municipal Antônio Prado Franco.

cial em 1925, e atualmente se configura como um símbolo de todo o Mercado Municipal de Aracaju. A respeito da torre do relógio, uma testemunha contemporânea aos primeiros momentos de existência do Mercado assim, comentou:

sob a torre do relógio funcionava um sofisticado café-bar, muito frequentado(...) A maior atração do mercado era a torre do relógio, vista praticamente de qualquer ponto da cidade. Constituía a principal referência horária para os moradores locais, mesmo porque poucos eram os habitantes que possuíam relógios em suas casas (cf. Ramos, 2002:8).

O pavilhão externo, por sua vez, destinou-se a abrigar os negociantes retalhistas, sendo que a separação entre os pavilhões interno e externo se dava por um espaço de mais de oito metros, o que tornaria a passagem de fogo em caso de incêndio entre eles praticamente impossível. É interessante notar como na descrição feita do mercado pelo intendente municipal Dr. Hunald Cardoso, na ocasião de sua inauguração, estão presentes a preocupação de se relatar aspectos de segurança e como o novo mercado fora construído dentro dos mais avançados recursos da engenharia da época. Ressaltando estes aspectos a *Gazeta do Povo* do dia 09 de fevereiro assim noticiava a inauguração:

é um edifício de construção rigorosamente moderno, que satisfaz todas as condições de segurança e higiene exigidas em prédios congêneres. Grandioso nas proporções, belo nos moldes arquitetônicos, o novo Mercado de Aracaju não tem rival nas capitais dos estados Brasileiros, o que frisamos não por demasiado amor a nossa formosa Urbs, umas por ser essa a opinião de pessoas que têm visitado todo o Brasil e que não escondem a sua admiração perante o simpático edifício hontem inaugurado (cf. *Gazeta do Povo*, em 09/02/1926, nº 379 - grifo nosso)

Assim, pudemos identificar o processo da construção do Mercado com as políticas higienistas e de rígido controle do espaço urbano do início do século passado, as quais tinham como fito modernizar a capital sergipana, podendo, portanto, o Mercado de Aracaju, de acordo com

a entusiasmada afirmação noticiada na *Gazeta de Sergipe* acima citada, superar em beleza arquitetônica, segurança e higiene até mesmo os mercados de cidades maiores e economicamente mais promissoras. Nos sub-tópicos seguintes continuaremos expondo um pouco mais sobre esse desejo de parte da sociedade sergipana de eleger seu Mercado Municipal como um dos símbolos da pretendida “modernidade” aracajuana.

A FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DE VISIBILIDADE PÚBLICA

A solenidade de inauguração do Mercado Municipal revestiu-se de caracteres de uma grande festa, na qual estavam presentes importantes autoridades políticas federais e estaduais, além de um grande número de funcionários públicos. A festa também apresentou um lado religioso, haja vista a presença de dois dos importantes representantes da igreja: o secretário geral do bispado, Monsenhor Adalberto Sobral, e o bispo diocesano Dom José Thomaz Gomes da Silva, o qual procedeu a cerimônia de benção sobre o novo edifício.

O “moderno” Mercado de Aracaju possuía uma bela arquitetura, que muito embora apresente acentuada predominância de elementos neoclássicos, tais quais arcos plenos nas aberturas, platibanda, partadas com colunas, é eclética, revelando uma fusão de elementos neoclássicos com alguns aspectos românticos. Neste sentido, também a arquiteta Ana Luiza Libório, responsável pelo recente projeto de “revitalização” do Mercado Central de Aracaju, afirma ser o Mercado Municipal (atualmente Mercado Antônio Franco) “o mais singular exemplo eclético edificado em Sergipe” sendo que: “... seus elementos decorativos sugerem os mercados de ferro importados por algumas cidades do país principalmente na utilização de materiais industrializados “modernos” como o ferro e vidros coloridos nas coberturas que lhes revestem de características *Art Nouveau*” (cf. Memorial Descritivo da Reforma do Mercado Municipal, 1998). Sobre a simbologia intrínseca à escolha do estilo arquitetônico predominante em Aracaju nas primeiras décadas de sua existência, Walderfranklin Santos (2002) afirma:

o neoclássico foi o estilo que se pode enxergar nas primeiras construções oficiais de Aracaju. Sua presença não foi sem sentido. Em 1855, ao nascer a cidade, surgia também a intenção de se construir uma capital moderna, digna do iminente desenvolvimento que esperam da província (Santos, 2002:38).

Nesta mesma perspectiva, Santos (2002) ainda coloca que o padrão arquitetônico predominante na nova capital não poderia ser as construções barrocas de São Cristóvão, identificadas com o passado colonial e uma sociedade conservadora, mas sim um estilo que simbolizasse o novo. Naquele momento histórico, era o padrão neoclássico que melhor identificava-se como o paradigma de uma cidade moderna, (ao menos no que concerne à orientação estética) de modo que é fácil então entender a opção da elite dominante aracajuana pelo neoclássico, muito embora na segunda metade da década de 1920, tal estilo já estivesse marcado por algumas inovações, provenientes de uma outra tendência igualmente identificada com a idéia de modernidade: o ecletismo, estilo que ganharia maior notoriedade após as reformas urbanísticas de cidades como Rio de Janeiro e Recife (vide Leite, 2001: 11 e seg.).

Com um estilo arquitetônico dito “moderno”, expressados principalmente pela beleza de suas fachadas e pela presença da torre central, o Mercado Municipal durante muito tempo foi motivo de admiração da população sergipana, tanto da capital como também dos imigrantes do interior. Neste sentido, Maria Ramos (2002) relata:

cheguei em casa, olhei para as bandas da estação ferroviária da Leste Brasileira, e pela primeira vez deparei aquela obra majestosa, em frente ao Colégio nossa Senhora de Lourdes: era o Mercado Modelo, ou Municipal Thales Ferraz, uma obra de grande porte para sua época (Ramos, 2002:8).

Na verdade há uma certa imprecisão dos contemporâneos acerca dos nomes dos três mercados que atualmente compõe o Mercado Central de Aracaju. Há uma tendência atual de denominar todo o complexo arquitetônico dos Mercados de “Thales Ferraz”, quando na verdade este só foi edificado em 1949, constituindo-se assim o segundo edifício do que

futuramente viria a ser uma tríade. Influenciada por esta tendência e com a memória traída pelo tempo, a senhora Maria Ramos acaba equivocando-se quanto nome do mercado, o qual simplesmente chamava-se na época de Mercado Municipal de Aracaju. De qualquer forma, seu relato nos traz importantes informações sobre as acepções dos aracajuanos em relação à construção do chamado Mercado Modelo.

Seu estilo lembra um café parisiense, era o comentário que eu ouvia dos hóspedes da pensão. Do centro emergia uma torre, a mais alta da cidade, com seu relógio, de quatro faces, que provocavam a admiração geral. O Mercado Modelo Thales Ferraz passou a constituir o centro de abastecimento de toda cidade, substituindo a antiga feira livre que se estendia pela Rua da Frente (id. ibid. 8 – grifos nossos).

Podemos melhor compreender estas afirmações na medida em que atentarmos ao fato de Aracaju estar vivendo àquela época um contexto de euforia no que concerne às políticas de melhoramentos urbanos. A busca pelo que era identificado com o moderno marcou a alta sociedade aracajuana nas primeiras décadas do século passado.



Mercado Municipal de Aracaju na década de 1930.
 Fonte: Acervo Memorial de Sergipe, Coleção Rosa Faria,
 Seção Iconográfica. Foto: Autor não identificado

Os ideais estéticos que então vigoravam era o da procura pelo “novo”, motivo pelo qual a urbanização aracajuana tenta tomar como referencial de modernidade os padrões europeus, reconhecidos naquela época como símbolos maiores de progresso e civilidade.

Neste sentido, a cidade de Paris, após as profundas reformas empreendidas pelo barão Haussmann no século XIX, desponta como o grande referencial de modelo urbano mundial. Basicamente, a reforma de Haussmann consistiu no alargamento das estreitas ruas parisienses em amplas artérias viárias: as avenidas, com o objetivo de conter os movimentos sociais e suas barricadas. Todavia, essa profunda intervenção na estrutura urbana implicou na transformação dos modos de vida urbano, com influências marcantes nas sociabilidades públicas da população parisiense. Walter Benjamim (1997) analisa aquela sociedade mostrando o surgimento das galerias, das lojas elegantes, das inovações arquitetônicas, das idéias de luxo e moda, dos elegantes cafés parisienses, dentre outros elementos que serviram de base para que esse autor pudesse reconhecer Paris como a “*Capital do Século XIX*”. Tratando especificamente das concepções urbanísticas que nortearam toda intervenção urbana promovida por Haussmann, Benjamim (1997) afirma:

o ideal urbano de Haussmann consistia no traçado de longas e alinhadas fileiras de ruas. Esse ideal corresponde à tendência, constantemente visível ao longo do século XIX, para enobrecer as necessidades técnica com pseudo-finalidades artísticas. Os templos do poder espiritual e temporal da burguesia haveriam de alcançar a apoteose enquadrados por fileiras de ruas que, tal como os monumentos, eram tampadas com uma tela e descerradas no dia da inauguração (Benjamim, 1997:75).

Assim, Benjamim explica como os *quartiers* de Paris perderam sua fisionomia própria, “transformando os parisienses em estranhos na sua própria cidade” (id. *ibid.*:76). Não querendo comparar duas realidades históricas marcadamente distintas, mas apenas pontuando as influências dos padrões franceses às concepções estéticas da parte mais elitizada

da sociedade aracajuana, observamos que o Mercado Modelo provocava talvez não um “*estranhamento*”, não no que concerne o sentimento de pertença, mas sim uma admiração e um relativo contentamento a esses habitantes pelo fato destes entenderem que o mesmo assemelhava-se aos padrões franceses.

UMA MODERNIDADE “DISTRORCIDA”: O PROBLEMA DA NÃO-DEMOCRATIZAÇÃO DAS INOVAÇÕES URBANÍSTICAS

Como vimos, essa pretendida “modernidade” aracajuana expressava-se muito mais como concepção, ideal de modo de vida, do que propriamente na construção de uma sociedade igualmente beneficiada com o desenvolvimento advindo. Um ponto central neste esforço de problematizar as concepções urbanísticas impressas em Aracaju neste período é justamente a controversa questão da democratização dos benefícios urbanísticos adquiridos, elemento que pode ser entendido mediante a análise de alguns aspectos da configuração sócio-espacial do Mercado Municipal de Aracaju nos seus primeiros momentos de existência.

A esse respeito, um dado interessante sobre as sociabilidades da região próxima ao mercado é levantado por Ariosvaldo Figueiredo. Esse autor ao tratar dos conflitos políticos do governo Gracco Cardoso, cita o jornal *Gazeta do Povo* que, num tom irônico, acusa o então intendente municipal Hunald Santa-Flor Cardoso de, ao invés de administrar Aracaju devidamente, preferir “o serviço de chá e a música do Bar e Restaurante de Augusto Luz, instalado no Mercado, centro de diversão da elegante família sergipana e gostar do *jazz-band* que alegra cafés, cabarés e outras casas de diversão de Aracaju” (Figueiredo, 1989:100). Nesta mesma perspectiva, mais uma vez temos o entusiasmado relato da senhora Maria de Lourdes Ramos (2002):

mais que uma central de abastecimento, podemos afirmar que o Thales Ferraz constituiu um dos precursores dos Shopping Center's no Bra-

sil (...) Nas tardes e noites dos sábados e domingos, eram oferecidos à sociedade aracajuana *matinéés* e *soirées* dançantes, (...) animadas por conjuntos de “jazz-band”. (...) aos freqüentadores era oferecido um *buffet*, sob a direção de D. Iaiá, esposa do proprietário que satisfazia muito bem. (...) Durante a noite seus passeios, bonitos e bem claros, serviam de passarelas para o passeio das famílias aracajuanas, que ali realizavam uma espécie de retreta. Foi o primeiro ponto de encontro de nossa capital. O primeiro ‘point’, como diríamos hoje (Ramos, 2002:8).

Contudo, essas informações dizem respeito “à elegante família aracajuana” ou ainda à “sociedade aracajuana”, sendo pertinente questionar quais grupos sociais tinham condições de freqüentar esse “point” ou ainda de ir ao elegante restaurante de Augusto da Luz? Sobre essa questão pareceu-nos expressivo a notícia “É Mercado ou Sangue Suga?” vinculada pelo *Sergipe-Jornal* dois dias após sua inauguração, a qual critica, segundo os jornalistas, as “abusivas taxas de locação” de pontos para comercialização. De acordo com essa notícia, os gêneros de primeira necessidade atingiram preços jamais alcançados, pois esse era o único meio dos inquilinos poderem pagar a locação. Ainda de acordo com essa notícia, a alta “vertiginosa” nos preços *tendia a afastar do mercado as camadas mais pobres*, as quais estavam habituadas com os preços mais amenos nos tempos das feiras antes da construção do chamado Mercado Modelo (cf. *Sergipe-Jornal*, em 28/02/1926 – grifos nossos). Posteriormente, o mesmo *Sergipe-Jornal* seria ainda mais mordaz em suas críticas, ao exclamar “que necessidade tem o povo de mercado bonito, aquela babilônia?” (id. *ibid.*, em 07/11/1927).

Assim, o Mercado Municipal, em seus momentos iniciais, é descrito por nossas fontes como um espaço caracterizado pela segregação social, uma vez que às camadas mais pobres não eram dadas as condições de desfrutarem desta importante intervenção urbana por parte das autoridades aracajuanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora estivesse patente em toda legislação a preocupação de moldar Aracaju numa cidade “moderna”, pouco se efetivava praticamente neste sentido. Segundo Fabrícia Santos (1999), em Aracaju do início do século “ainda permaneciam grande número de casas de taipa e palha, altos índices de mortalidade e morbidade, e as dificuldades para a manutenção dos novos melhoramentos instaurados” (Santos, 1999:8).

Assim, é possível considerar que a aclamada modernização aracajuana perpassou-se muito mais no desejo de suas elites, as quais proveram meios de anunciar as melhorias urbanas como elementos identificadores do “novo” e do “moderno”, do que propriamente na transformação de Aracaju numa cidade socialmente mais homogênea e melhor munida de serviços públicos básicos como saneamento, transporte, iluminação, arborização, entre outros.

Dessa forma, no decorrer deste texto, pudemos relacionar todo o desenvolver do lento processo da evolução urbana de Aracaju, sobretudo o surgimento de seu Mercado Central com as políticas higienistas e de forte disciplina do espaço urbano do início do século passado, as quais objetivavam dotar a capital sergipana de signos que a identificassem com uma cidade “moderna”, mesmo que tais concepções, na realidade, beneficiassem apenas a parcela mais rica da sociedade, ou até mesmo, em alguns casos se revelassem apenas sob a forma de discurso.

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a maneira pela qual as noções de higiene, salubridade e rígida disciplina do espaço urbano foram inseridas em Aracaju, norteando sua evolução urbana no decorrer das três primeiras décadas do século XX. Para tanto, desenvolvemos uma breve reflexão sobre os Códigos de Postura Municipais da época como forma de introduzir a discussão sobre as razões e a simbologia do surgimento do Mercado Central de Aracaju, nosso referente empírico.

Palavras-chave: higiene, evolução urbana, modernidade, Aracaju.

ABSTRACT

This paper intends to analyze how the aspects: hygiene and the strong urban space discipline were introduced in Aracaju influencing its urban evolution in the three primary decades of the XX century. To accomplish this proposition, we developed a brief reflection concerning the "Códigos de Postura Municipais", its relation with the rising of the Municipal Marketplace of Aracaju, our empirical reference.

Keywords: hygiene, urban evolution, modernity, Aracaju.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Naide. **Em busca de imagens perdidas: centro histórico de Aracaju 1900/1940**. Aracaju, Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BENJAMIM, Walter. "Paris, Capital do século XIX." In: FORTUNA, Carlos(org.) **Cidades, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta, 1997. p. 67-80.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo – "O Polêmico Governo de Gracco Cardoso e as Quaterladas dos anos 20" IN: **História Política de Sergipe**, vol.2. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

FORTES, Bonifácio. **Evolução da Paisagem Humana da Cidade do Aracaju**. Aracaju, Livraria Regina. 1955.

LEITE, Rogerio P. de S. **Espaço público dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo** Tese de Doutorado: IFCH/Unicamp, Campinas, 2001.

LOUREIRO, Kátia. **A Trajetória Urbana de Aracaju: Em Tempo de Interferir** Aracaju: INEP. 1983.

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade de Aracaju**. Aracaju, 1955/1865. Aracaju, Fundesc. 1981.

RIBEIRO, Neuza Marias Góis. **Transformações Recentes do espaço Urbano em Aracaju**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana. 1989. p. 41-52.

SANTOS, Fabrícia de O. **Hygiene, Saúde e Beleza: preocupações eugênicas nos periódicos de Aracaju (1910-1920)**. Monografia de conclusão de curso. São Cristóvão: UFS/CECH/DHI, 1999.

SANTOS, Maria Nely. Aracaju na contramão da 'Belle Époque' In: **Revista de Aracaju**. Prefeitura Municipal de Aracaju/FUNCAJU. n. 9, 2002, p. 143-153.

SANTOS, Walderfranklin R. A. "Frontões Águias e Linhas Retas: Contribuições para uma história da Arte em Sergipe (1910-1940)" In: **Re-**

vista de Aracaju. Prefeitura Municipal de Aracaju/FUNCAJU. n. 9, 2002, p. 31-42.

SEBRÃO SOBRINHO. "A Feira" & "A Cadeia da Capital" In: *Laudas da História de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1955. p. 353-403.

VILLAR, José Welligton Carvalho "La Evolución Urbana" In: *La expansión Del Área de Consumo: La Vieja y la Nueva Centralidad intraurbana de Aracaju* TOMO I. (Tesis Doctoral) Granada, 2002.

DOCUMENTOS E JORNAIS

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - CEHOP. *Memorial Descritivo da Reforma e Ampliação do Mercado Municipal de Aracaju*. Aracaju. 1998.

CONSELHO MUNICIPAL DE ARACAJU. *Leis e Resoluções do Conselho Municipal de Aracaju (1823 - 1922)*. Aracaju: 1923.

CORREIA, Dalila Chagas. *Alguns dados relativos à edificação do Mercado Público Municipal*. Aracaju, s.d. Seção de Pesquisa do APES.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU. *Mensagem do Intendente Municipal ao Presidente do Conselho Municipal em 11/07/1925*. Aracaju, 1925.

_____ . *Lei Nº 25 de 16/11/948*. Aracaju: 1948.

INAUGURAÇÃO do Mercado Municipal. IN: *Gazeta do povo*. Ano II, dia 09 de fevereiro de 1926. nº 379.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ARACAJU. *Código de Posturas de Aracaju*. Aracaju: Typ. D' o Estado de Sergipe, 1903.

_____ *Código de Posturas de Aracaju*. Aracaju: Typ. D' o Estado de Sergipe, 1912.

_____. *Código de Posturas de Aracaju*. Aracaju: Typographia Regina, 1927.

MELHORAMENTOS materiais IN: *Correio de Aracaju*, dia 06/07/1919, N° 2.634, p. 3

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1925, ao instalasse a 3ª sessão ordinária da 15ª Legislatura pelo Dr. Graccho Cardoso, Presidente do Estado – Aracaju, Imprensa oficial, 1925.

SERGIPE-JORNAL. Aracaju, 28/02/1926.

SERGIPE-JORNAL. Aracaju, 07/11/1927.

RAMOS, Maria de Lourdes Barros. “Como Eu Vi o Mercado Thales Ferraz” IN: *Jornal Extra*. Aracaju, 10/05/2002. p. 08.